

---

## *O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise*

*The world of the work in Brazil from the decade  
of 90: a question in analysis*

**Marlene Almeida de Ataíde\***

---

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre o mundo do trabalho no cenário brasileiro, a partir da década de 90 (séc. XX), ancorada no ponto de vista teórico-metodológico de autores que discutem incansavelmente essa temática. Visitando a literatura, os autores consultados analisam o trabalho como uma atividade humana que percorre os tempos primórdios até chegar aos dias atuais. Por outro lado, a categoria *trabalho* perpassa pelas muitas transformações ocorridas na sociedade brasileira e causa repercussões significativas na vida social dos trabalhadores, pois, desde muito cedo, o homem se habituou e se vinculou ao mundo do trabalho pelo próprio instinto de sobrevivência. O trabalho, além da sobrevivência, possui uma função qual seja: a do crescimento pessoal, pelo qual o ser humano desenvolve sua capacidade de pensar, de sentir e de se relacionar socialmente. Sendo o trabalho uma relação humana com a natureza, é caracterizado, dialeticamente, como expressão de humanização da natureza enquanto, também, se constitui em um processo de naturalização do humano.

**Palavras-chave:** Trabalho; globalização; neoliberalismo.

**Abstract:** The present article has the objective to carry through an analysis on the world of the work in the Brazilian scene from the decade of 90, anchored of the methodological theoretical point of view for authors who argue untiringly on this thematic one. Visiting literature the consulted authors analyze the work while an activity human being who covers the beginnings times until arriving at the current days. On the other hand, the category work permeates for the innumerable occurred transformations in the Brazilian society and cause significant repercussions in the social life of the workers, therefore since very early the man if accustomed and if it tied with the world of the work for the proper instinct of survival. The work, beyond the supervened one, possess a function which is: of the personal growth, for which the human being develops its capacity to think, to feel and if to relate socially. Being the work a relation human being with the nature, is characterized, dialectically, the expression of humanization of the nature whereas, also, if it constitutes as a process of naturalization of the human being.

**Keywords:** Work; globalization; neoliberalism.

---

\* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Professora e pesquisadora no curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro (Unisa – SP). *E-mail:* maataide@yahoo.com.br.

## Introdução

O presente artigo não pretende realizar um registro histórico sobre a categoria *trabalho*, do ponto de vista das sociedades primitiva, escravagista, feudal e moderna. Visa, tão-somente, apresentar uma breve análise sobre o mundo do trabalho e as novas configurações que foram surgindo na sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 90 (séc. XX). A ênfase centra-se principalmente nas transformações societárias ocorridas a partir do século XX, por considerar que aquele século foi marcado por transformações decorrentes da crise de produção e manutenção na forma de acumulação capitalista.

Na busca pela etimologia da palavra *trabalho*, esse deriva do latim *tripalium*, objeto de três paus aguçados utilizado na agricultura e também como instrumento de tortura conforme alguns dicionários. Assim, o trabalho está associado à transformação da natureza em produtos ou serviços.

Para compreender o seu significado, recorremos a Abbagnano (1998, p. 964), que explicita que é uma atividade que tem como finalidade utilizar-se de coisas naturais e também alterar o ambiente para satisfazer as necessidades humanas. Dessa forma, o trabalho implica ainda uma dependência relacional entre o homem e a natureza, pois envolve interesses que se constituem em necessidades dos sentidos.

De acordo com Barbosa,

o trabalho possui uma trajetória, uma progressividade histórica. É possível, portanto, falarmos de uma história do trabalho, enquanto uma delimitação temática da história da humanidade. História do trabalho que expressa o fundamento último do ser social, que é a sua capacidade de transformar e criar o mundo natural e o mundo social, em direção da sua plena humanização. (s/d, p. 36).

Nos legados da obra marxiana, a categoria *trabalho* é uma condição eterna do homem de transformar a natureza para satisfazer as suas necessidades sempre no interior e por meio de uma forma específica, historicamente determinada de organização social. Marx (1988) assinala que é *no* e a partir *do* trabalho, ou seja, no seu processo pelo qual passam a produzir a vida material que os homens saltam da natureza e superam seus limites naturais, produzindo a si humanamente.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar conforme Marx que,

antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças e de seu domínio. (MARX, 1988, p. 142).

Assim, se partirmos do conceito de trabalho como atividade do homem que transforma a natureza e por ela é transformado, no intuito de suprir as suas necessidades, podemos constatar que existe uma lógica dialética entre trabalho e organização social da humanidade.

Marx entende ainda por trabalho um tipo de atividade muito diferente daquele que encontramos nas aranhas ou abelhas. Nessas, a organização das atividades e sua execução são determinadas geneticamente e, por isso, não servem de fundamento para o desenvolvimento desses insetos. Por séculos, as abelhas e as formigas produzirão, exatamente da mesma forma, o que já produzem hoje.

Entre os homens, a transformação da natureza é um processo diferente das ações de aranhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e o seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de criar ideias antes de objetivar isso, é de construir objetiva ou materialmente que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, ou seja, funda a relação humana.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste [...] existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente.

Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1988, p. 142-143).

Essa simultânea articulação e a diferença do mundo dos homens com a natureza têm por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, como também lançam as suas bases, para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente na natureza, se faz um autêntico ser social com leis de desenvolvimento histórico, esse completamente distinto das leis que regem os processos naturais. Assim, se levarmos em consideração o legado de Marx, todo processo de trabalho é um processo de transformação da natureza, mas, ao transformá-la, o homem também transforma a si mesmo.

### **O homem e sua relação com o trabalho: breve reflexão**

Por intermédio do seu trabalho, o homem faz-se duplamente a si próprio, não só intelectualmente, na consciência, como na realidade, plasmando-se e ao mundo, de modo que chega a contemplar-se dentro de um mundo feito por ele. (HEGEL; MARX).

O trabalho sempre esteve presente nas mais diversas civilizações, desde tempos pré-históricos até a atualidade. Entretanto, o mundo do trabalho tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, que Cattani (2000) traduz da seguinte forma: “Além dos efeitos destrutivos e regressivos da crise estrutural do capitalismo e dos estragos do neoliberalismo – causadores das mudanças econômicas, sociais, técnicas e culturais, [há] o desemprego em massa e o agravamento da desigualdade social.” (2000, p. 15-25). Portanto, tal crise veio determinar as condições no mercado de trabalho, principalmente na correlação de força entre capital e trabalho. Os

trabalhadores do sistema capitalista ficaram à mercê das oscilações em virtude da forma de gestão no mundo do trabalho, ou seja, do aumento da situação de vulnerabilidade social, do aumento da precarização das condições de trabalho, de desregulamentação dos direitos trabalhistas e da flexibilização que, segundo o dicionário Houaiss (2001, p. 1356), o vocábulo *flexibilização* “significa flexibilizar, tornar menos rígido, maleável, flexível, dobrado, aceitar outras ideias, outros planos, outras saídas, outras soluções, sem preconceitos ou atitudes pré-concebidas”. E foi dessa forma que o modelo neoliberal de trabalho trouxe à baila uma nova ordem mundial que, segundo Silva (1999), desenha de início o novo mundo do trabalho. Ainda de acordo com Silva (1999, p. 79), “nas condições atuais, o processo de trabalho fordista torna-se cada vez menos adequado às necessidades das grandes empresas e passa a ser substituído pela produção enxuta, flexível, com elevada base técnica e altamente diversificada”. A partir dessa lógica, as transformações no mundo do trabalho atingiram sem distinção todas as categorias profissionais ao longo do processo sócio-histórico do capitalismo, potencializado pela globalização.

Mas é importante frisar que não obstante a incipiente análise ora mencionada, a história do trabalho teve sua origem na busca humana de formas de satisfazer as necessidades biológicas de sobrevivência.

À medida que essas necessidades foram sendo satisfeitas, outras foram surgindo, fazendo com que nascessem novas relações que determinaram a condição histórica do trabalho. Portanto, o trabalho tem uma grande importância na nossa vida, pois se considera que, desde muito cedo, a busca pelo mesmo começa a nos instigar significativamente.

Por outro lado, com o passar do tempo, a produção, antes limitada à sobrevivência, começou a ser maior que o necessário, gerando excesso de produção.

Assim, se pode inferir que, na história da humanidade, verifica-se que a produção dos meios de subsistência está vinculada ao próprio instinto de sobrevivência do homem.

“Os homens transformam a natureza e se transformam na mesma medida. Isto porque os homens podem refletir acerca da sua forma de agir e porque se comunicam e sistematizam as suas experiências sociais na forma de cultura, o que os diferencia, obviamente, dos animais.” (BARBOSA, s/d, p. 35).

Desde a Primeira Revolução Industrial, constata-se a influência de máquinas na contramão da garantia do trabalho operário. Com o aperfeiçoamento do capitalismo, através da complementação e da apropriação da força de trabalho pelo capital, o trabalhador foi substituído, em algumas fases da produção, por máquinas. A Terceira Revolução Industrial caracterizou-se com a introdução de maquinarias na indústria. Esse foi, na verdade, o ponto-chave do desemprego, pois permitiu a automação de base eletromecânica, ou seja, a substituição da mão de obra do trabalhador por máquinas capazes de produzir muito mais que ele.

É inegável que as novas tecnologias trouxeram vários progressos, como a robótica, as telecomunicações, mas, sem dúvida, tornou-se inimiga do homem. A revolução tecnológica serviu ao propósito de qualificar os ramos produtivos, mas, ao mesmo tempo que os qualificou, também os desqualificou. Vários ramos passaram a existir à margem da exclusão, assim como algumas profissões, tais como: alfaiates, sapateiros, fotógrafos de praça, afiador de alicates ou outras que simplesmente desapareceram ou que brutalmente foram desqualificadas, pois estão fora do mercado de trabalho e do processo produtivo efetivo e, portanto, integrando o contingente de desempregados estruturais.

Quase não existe mais o apontador de produção, não tem mais uma pessoa específica para fazer isso. Agora o encarregado faz sozinho, sossegado, pois o serviço está todo computadorizado. Se tinha quatro pessoas fazendo aquilo, agora uma só faz, pelo computador. Já tínhamos percebido que ao colocar um computador não ia ter lugar para todos. Ia ficar só um. Hoje estou desempregado. É difícil arrumar emprego porque não se vê emprego de apontador de produção. (Depoimento de REGINALDO DE LIMA HONORATO, apontador de produção, nascido em 1965, em São Paulo/SP).

Esse impacto das novas tecnologias afeta não só o indivíduo como trabalhador e detentor da força do trabalho, mas como pessoa. Afeta a sua vida particular, de sua família, seu relacionamento com outras pessoas, suas atitudes e crenças, visto que a perda do trabalho tira-lhe também a identidade, ou seja, tudo que diz respeito ao seu modo de viver e à sua rotina diária. Paugam (1991) apud Cattani (2000, p. 76) define essa situação “passando os dias sem fazer nada de útil, distanciando-se cada vez mais dos

amigos e colegas e da própria família, o desemprego desenvolve sentimentos de culpabilidade, de frustração e de resignação”.

Tem-se ainda que, em virtude da degradação estrutural no mundo do trabalho, essa situação contribui significativamente para aprofundar o cenário social na contemporaneidade. Pode-se, dessa forma, exemplificar os altos índices de criminalidade que afetam sobremaneira os grandes centros urbanos. No entanto, registra-se também que cidades de médio e pequeno porte não estão imunes à onda crescente de violência. Tais situações atestam não apenas a falência do Estado brasileiro, objeto de políticas neoliberais, como também o resultado cumulativo de um modo de produção social, que se tornou não apenas incapaz de absorver contingentes maciços da força de trabalho, como demonstrou ser voraz em degradar emprego, salário e condições de trabalho de contingentes importantes do mundo do trabalho organizado. (POCHMANN, 2001, p. 9).

Nesse sentido, o trabalho possui, portanto, uma segunda função tão importante quanto a primeira (de sobrevivência): a função do crescimento pessoal, através da qual o ser humano desenvolve sua capacidade de pensar, de sentir e se relacionar, de ampliar e aperfeiçoar a sua inteligência e suas relações sociais, de forma a também se aperfeiçoar interiormente para o próprio crescimento pessoal.

As novas tecnologias estão, assim, constantemente afetando o ser humano que, ou ficará sem trabalho e buscará novas formas de sobrevivência, ou verá esse mesmo trabalho sendo intensificado pela necessidade de novos conhecimentos e novas práticas decorrentes das “transformações no conteúdo do trabalho”. (CATTANI, 1997, p. 172).

Verifica-se que a ameaça do homem é, de novo, o trabalho, ou melhor, a falta dele. Com a globalização, o mundo permanece sem fronteiras. Os processos de trabalho sempre são alvo de mudanças e de novos conceitos, como a robótica e as demais tecnologias, que têm mudado mais e mais a face do trabalho e do trabalhador, além de criar novas exigências para as organizações e os homens. Portanto, aquele que não possui determinadas habilidades tende a sofrer o revés do desemprego ou, no caso das empresas, a falência.

De acordo com Cattani (1997, p. 38), “ao se falar em capacitação do trabalhador, a referência está diretamente relacionada ao fator ‘capital humano’, ou seja, à qualidade da mão-de-obra possuidora de boa formação escolar e profissional, apta e capaz ao trabalho”.

Nesse sentido, o Brasil encontra-se sob o forte impacto da transformação da força de trabalho da indústria para a área de serviços e do trabalho assalariado para o autônomo. Nessa direção, constata-se uma mudança no perfil do trabalhador em face da rápida introdução da tecnologia da informação e ao esforço de reestruturação das empresas, que levam a um aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados.

Por outro lado, o País não apresenta um sistema educativo que abranja a totalidade da população e um sistema produtivo que, à exceção de algumas áreas de ponta, não promove a qualificação e a valorização do trabalho. As inter-relação e a ação dessas duas realidades contribuem para a manutenção das desigualdades sociais e econômicas. “Devido à constatação tristemente elementar: a maior parte da população não passou pela escola ou a frequentou durante um número muito pequeno de anos [...]. A característica principal do sistema educacional brasileiro é a profunda desigualdade em todos os níveis.” (CATTANI, 2000, p. 158).

A partir dessa visão de desigualdade, o trabalhador confronta-se com a precariedade e a exclusão, torna-se mais vulnerável em todos os sentidos das várias esferas da vida social, coletiva e individual e, de certa forma, são alcançados pelos problemas e dilemas de tal era. Nesse sentido, defende-se a ideia da existência de um processo de *exclusão-inclusão precário*, que remete à disjunção, porém com continuidade, ainda que precária. Essa ideia está ancorada na noção de “desafiliação”, proposta por Castel: “Falar de desafiliação [...] não é pressupor uma ruptura, mas recompor um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico da dissociação, da desqualificação ou da invalidação social. Desafiliado, dissociado, invalidado, desqualificado, em relação a quem?” (CASTEL, 1998, p. 15).

O desemprego é um desses problemas. Talvez um dos mais sérios, que se apresenta nesse contexto e que assola de forma trágica principalmente aqueles que possuem baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação técnica. A título de exemplos podem ser incluídos as mulheres, os negros, os idosos e os deficientes físicos – os mais afetados no processo de restrição de oportunidades – que se manifesta, sobretudo, como uma consequência histórico-social de um modo de produção que é eficiente na geração de riqueza para uns e desemprego para outros. Com isso, aqueles que não



possuem as habilidades necessárias, para atender ao novo mercado, ficam expostos à exploração do trabalho, à precarização da mão de obra e ao empobrecimento, agravado, ainda, por uma desobrigação crescente do Estado em competências, como saúde e educação.

As empresas exigem qualificação e escolaridade mínimas para as pessoas ingressarem no mercado de trabalho e, àqueles que não têm acesso a essa especialização resta à marginalização ou exclusão do sistema, resultado do progresso econômico, da não acessibilidade aos bens de consumo e serviços. Segundo Cattani (2000, p. 64), “são os modernos aleijados sociais, dependentes do estado, da benemerência pública, da família ou, na pior das hipóteses, deixados à própria sorte”.

Cattani (2000, p. 43) ressalta que “o problema apresentado dessa realidade de ‘exclusão provocada pelo desemprego não é um fenômeno passageiro e sim resultado de um processo permanente’ no processo capitalista”.

O desemprego é um problema que cresce e traz consigo um aglomerado de outros problemas à sociedade, pois o desempregado fica exposto à miséria, sem acesso a nenhum bem e, portanto, na prática, sem direitos. Principalmente o mais importante deles: o direito à vida. Isso sem questionar que o indivíduo desempregado fica sem seus direitos fundamentais, pois nenhuma providência é tomada para lhe propiciar acesso à saúde, alimentação, moradia e a outras necessidades, das quais o Estado neoliberal cada vez mais se “esquece”.

Níveis crescentes de desemprego e aumento da polarização entre ricos e pobres têm criado condições para manifestações sociais e conflitos entre classes, em proporções jamais vistas na era moderna. Crime, violência aleatória e distúrbios sociais estão crescendo e mostram todos os sinais de que deverão, ainda, crescer mais expressivamente nos próximos anos.

Destruição da natureza e exclusão de um número crescente de indivíduos da esfera social são os problemas mais graves neste século; “ele provoca a desagregação social ou a degradação de uma parcela da sociedade”. (CATTANI, 2000, p. 42).

Portanto, tal crise veio determinar as condições, no mercado de trabalho, principalmente na correlação de forças entre capital e trabalho. Os trabalhadores do sistema capitalista ficaram à mercê das oscilações da forma de gestão do mundo do trabalho, ou seja, do aumento da situação de vulnerabilidade social, aumento da precarização das condições de trabalho,

da desregulamentação dos direitos trabalhistas e da flexibilização do trabalho no modelo neoliberal.

Pochmann (2002) considera que o capitalismo está em crise devido a uma desordem do capital. Atualmente, a acumulação flexível no modelo neoliberal direciona o consumo em massa através do mercado internacional, seja através da concepção de mundialização, seja da globalização.

Dessa forma, o modelo neoliberal e sua reestruturação produtiva, no geral, têm afetado as relações de trabalho no mundo inteiro; em consequência, tem produzido uma grande situação de desemprego e a falta de condições de trabalho através da precarização e da sua desregulamentação.

Dentre elas, se pode inicialmente mencionar o enorme “desemprego estrutural”. Um crescente contingente de trabalhadores em condições “precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica social voltada prioritariamente à produção de mercadorias e a valorização do capital”. (ANTUNES, 2003, p. 15).

Nessa perspectiva, a classe trabalhadora, denominada por Antunes, como “classe-que-vive-do-trabalho”, se constitui no núcleo central no conjunto dos trabalhadores produtivos. “Esse núcleo central, dado pela totalidade dos trabalhadores produtivos, compreende aqueles que produzem diretamente mais valia e que participam também diretamente do processo de valorização do capital”, através da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico. Ele se constitui no polo central da classe trabalhadora moderna. (ANTUNES, 1995, p. 109).

Ainda conforme Antunes (1995), a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, onde houve uma relativa intelectualização do trabalho. Não obstante, desqualificou-se e se precarizou em diversos ramos, como na indústria automobilística, na qual o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na tradução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval, etc. Criou-se, de um lado, uma escala minoritária, o trabalhador polivalente e multifuncional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e, de outro, uma massa precarizada sem qualificação, que hoje está presenciando o desemprego estrutural. Essas mutações criaram, portanto, “uma classe trabalhadora mais

heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada”, entre qualificados e desqualificados, entre mercado formal e informal, entre jovens e velhos, entre homens e mulheres, entre estáveis e precários, imigrantes, etc.

O trabalho mostra-se como o momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o “motor decisivo do processo de humanização do homem”. Não foi o outro significado dado por Marx ao enfatizar que: “Como criadores de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, vida humana”. Esta formulação permite entender o trabalho como “a única lei objetiva e ultra-universal do ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, à medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto existir”. (ANTUNES, 1995, p. 123).

Assim, a problemática do desemprego àqueles que vivem sem trabalho demonstra acarretar várias consequências à sociedade, pois deixou de ser um problema econômico, para se tornar um dos mais urgentes e graves problemas políticos e sociais na contemporaneidade.

### **As incertezas no mundo do trabalho diante da globalização e do neoliberalismo**

Hoje as sociedades contemporâneas, majoritariamente, estão baseadas no modo de produção capitalista, que se constituiu ao longo dos anos, atravessou diversas crises, mas, na atual conjuntura, apresenta-se relativamente estruturado. Porém, segundo Martins (1997, p. 32), “o capitalismo, na verdade, desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos”. Na sociedade capitalista “essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos”.

De forma particular, todas as mudanças que ocorreram no decorrer do tempo, na sociedade brasileira, causaram significativas repercussões no mundo do trabalho. A partir dos anos 70 (séc. XX), a sociedade global apresentou profundas transformações nas relações de trabalho e nos processos

produtivos. Tais transformações vincularam-se às grandes alterações no padrão de industrialização fordista, nos países centrais, segundo Antunes (1995, p. 15-24), pois “as respostas dadas pelo capital diante da crise foram: neoliberalismos e a reestruturação produtiva, acarretando profundas mutações para o trabalho como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho”.

Atualmente, os processos de globalização, a robotização da produção, os avanços tecnológicos, a recessão e o desemprego produzem efeitos desastrosos às nações mais pobres. Esses efeitos impõem à sociedade brasileira e ao seu contexto social a realidade do trabalho precário, da economia informal e do subemprego crônico.

Dessa forma, é importante ressaltar a reflexão de Cattani (2000, p. 33): “A precarização, a exclusão, o desemprego e a alienação no trabalho, de forma alguma, podem ser considerados como inevitáveis, como o preço a pagar pelo conforto de uma minoria.”

Essa realidade social, política e econômica, tal qual está instituída, exige uma compreensão de que a luta contra a crise social que se expressa no desemprego, na pobreza, na violência, na fome, no desabrigo, na falta de saúde e educação, implica a participação do Estado no papel de condutor no processo de desenvolvimento e de redistribuição de renda e não no papel de articulador do ajuste fiscal e controle infundável da inflação, pois, de acordo com Sposati (1995, p. 16), “a ação assistencial do Estado está imbricada na relação capital/trabalho, e se faz nas sequelas da exploração da força de trabalho, que, por sua vez, se expressam nas precárias condições de vida das classes subalternas”.

No caso brasileiro, as políticas focalistas do Estado neoliberal não só excluem a maioria da população do acesso aos benefícios, como rompem com o que está garantido na Constituição Federal, principalmente no que se refere à saúde, à assistência e à previdência, constantes em leis como o direito do cidadão e dever do Estado, dificultando a universalização dos direitos e, principalmente, o controle social.

do ponto de vista institucional a realidade da assistência pública é a de um sistema que continuamente se nega enquanto tal. Nega-se pela ausência de uma política social racionalmente integrada e que, na sua definição, contribuisse para também definir, no seu interior, o perfil da política assistencial. Nega-se também na medida em que a ossatura material do Estado que dá sustentação aos

inúmeros programas ditos assistenciais é desarticulada, fragmentada, perenemente marcada por uma atuação pontual e descontínua. Finalmente, anula-se, também, pelas características do sistema de financiamento deste caro, mas inexistente sistema assistencial. (KARSCH; COHN; DRAIBE apud SPOSATI, 1995, p. 9).

O capitalismo, a partir dessa visão, caracteriza-se por criar grande contingente de pobreza e baixa qualidade de vida, exploração dos trabalhos adulto e infantil, misérias material e espiritual. Ianni (1997, p. 25) afirma que “o capitalismo é um processo simultaneamente social, econômico e cultural e seu desenvolvimento é desigual e contraditório”.

No Brasil, as principais mudanças ocorreram a partir dos anos de 90 (séc. XX), com a participação do neoliberalismo. Os efeitos da crise provocaram efeito contundente no conteúdo social das áreas urbanas, nos processos de produção, reprodução e gestão da força de trabalho. Alguns desses problemas que se acentuam na contemporaneidade são a falta de emprego formal, a queda nos salários e a precarização das relações de trabalho.

O renascimento das propostas neoliberais [...] tem resultado no desemprego massivo, no corte dos gastos sociais, acompanhado de uma legislação anti-sindical e em um amplo programa de privatização dos órgãos do Estado. [...] O aprofundamento das desigualdades e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado”. (IAMAMOTO, 2004, p. 34-35).

Há, dessa forma, uma fragilização na organização dos trabalhadores, como consequência da *flexibilização* das relações de trabalho, que forçam a perda das conquistas sociais por parte dos trabalhadores ainda incluídos no sistema produtivo.

As tendências do mercado de trabalho [...] indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados, etc. (IAMAMOTO, 2004, p. 32).

No contexto histórico da política neoliberal, as desigualdades sociais acentuam-se e se aprofundam, ampliando a todo momento o desemprego e quebrando o poder dos sindicatos. O neoliberalismo, como responsável pelo acelerado processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, aumenta a competitividade e desarticula todo o processo de luta da classe trabalhadora, fragilizando ainda mais as lutas sindicais e a insegurança generalizada.

A insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho [...] assume particularidades mais graves, visto que ao desemprego, resultante das novas tecnologias, soma-se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir certa “máscara de modernidade” nesse país. (IAMAMOTO, 2004, p. 33).

Essas contradições vêm confirmar a desigualdade social e o empobrecimento de grande parte da população brasileira, pois a tão falada *globalização* (enaltecida pelos neoliberais) só beneficiou os mais ricos, porque à imensa maioria do segmento populacional apenas sobrou o desemprego, a precarização no mundo do trabalho, a miséria, a ignorância e a fome, mas também as vulnerabilidades social e emocional a que estão expostos, além da exclusão à qual estão submetidos.

### Considerações finais

A precarização do trabalho, como uma das consequências da flexibilização e desregulamentação do trabalho, se manifesta de forma acentuada quando as condições de trabalho pioram significativamente. Mergulha-se num labirinto de incertezas, apesar do avanço das novas tecnologias e da sociedade da informação. Nesse sentido, vê-se que, na maioria dos países em desenvolvimento, onde se inclui o Brasil, estão ocorrendo transformações sociais graves, como, por exemplo, o desemprego, a informalidade, a precariedade do trabalho e a fragmentação dos movimentos sociais e sindicais.

A realidade observada apresenta uma perspectiva igualmente empobrecedora em relação à situação dos trabalhadores e dos excluídos, se analisada a sua identidade social sem considerar a lógica de funcionamento do sistema, bem como as estratégias e os limites de entrada e saída do mercado de trabalho. E se percebe que esses trabalhadores, mesmo estando na mesma situação de vulnerabilidade, demonstram níveis de competitividade, conflitos e superioridade.

O modo de produção capitalista vem se modificando de modo que as novas diretrizes ideológicas passam pelo ideário neoliberal, cujas características centrais rebatem nas atuais transformações no mundo do trabalho. São mudanças a partir do cenário internacional cujos movimentos de globalização no mercado e nos meios de comunicação e informação (também chamado “mundialização da economia”) exigem um trabalhador adaptado às novas condições que o mundo do trabalho impõe e que se caracterizam pela flexibilização, desregulamentação e precarização das condições de trabalho.

As formas de flexibilização e desregulamentação são visíveis na maneira pela qual as relações de trabalho se tornam *manejáveis*, perdendo aquilo que assegurava ao trabalhador seus direitos adquiridos coletivamente e assegurados por lei. A flexibilização também transfere à responsabilidade individual a garantia de seus direitos.

A precarização, como uma das consequências da flexibilização e desregulamentação do trabalho, se manifesta de forma acentuada quando as condições de trabalho pioram significativamente. Várias características do mercado de trabalho, como, por exemplo, a definição dos valores salariais, a política de planos e salários, a relação entre salário e carga horária, ou seja, a desestruturação das relações salariais, são visíveis na alta rotatividade de profissionais, nas formas de seleção, nos incentivos de atualização profissional, na infraestrutura oferecida, etc. Como dizem Freitas e Machado (1999, p. 83), “os trabalhadores são chamados a consentir, através de suas representações, com os interesses do capital, traduzidos em precarização e flexibilização das condições e contratos de trabalho”.

A modificação no modo de produção trouxe várias consequências. A flexibilização no processo de trabalho acarreta a horizontalização e a terceirização do processo produtivo e a reengenharia (empresa enxuta), junto com a qualidade total e os círculos de controle de qualidade, o trabalho precarizado e desregulamentado, mão de obra polivalente e o desemprego estrutural, ficando mais acentuado o embate da classe que explora e a classe

explorada. O trabalho, além de ser a maneira de assegurar a vida material, tem fundamental importância para a autonomia dos indivíduos, a construção da identidade e o reconhecimento social.



## Referências

---

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. de Alfredo Bosi. São Paulo: M. Fontes, 1998.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. de Iraci D. Poleti. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- CATTANI, Antonio David et al. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BARBOSA, Walmir. *Sociologia e trabalho: uma leitura sociológica introdutória*. Disponível em: <[http://www.ifg.edu.br/goiania/ciencias humanas/images/downloads/cadernos/caderno\\_sociologia\\_trabalho.pdf](http://www.ifg.edu.br/goiania/ciencias humanas/images/downloads/cadernos/caderno_sociologia_trabalho.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2011.
- FREITAS, Carlos Eduardo Soares; MACHADO, Maria Salete. Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90. *Ser Social* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Departamento de Serviço Social da UnB, Brasília, Ed. da UnB, n. 5, p. 45-64, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2004.
- IANNI, Otávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, Karl. *O capital: crítica à economia política*. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. t. I.
- MEMÓRIAS DO TRABALHO. DEPOIMENTOS SOBRE PROFISSÕES EM EXTINÇÃO. Disponível em: <[http://www.museuda.pessoa.net/mtrab/profissoes\\_index.htm](http://www.museuda.pessoa.net/mtrab/profissoes_index.htm)>. Acesso em: 5 maio 2011.
- POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 2002.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Mutações do trabalho*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1999. (Col. Paradidática).
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (Coord). *A assistência social no Brasil: 1983-1990*. São Paulo: Cortez, 1995.

